

O CRISTIANISMO NO OCIDENTE NOS PRIMEIROS TEMPOS MEDIEVAIS

Waldir Freitas Oliveira

RESUMO

O Cristianismo, nos primeiros tempos medievais, desenvolveu-se, em cada uma das partes em que se dividia o Império Romano, de modo diferente.

O autor, neste artigo, nos apresenta um resumo dos principais acontecimentos ligados a tal desenvolvimento, no Império do Ocidente e nos reinos germânicos que surgiram sobre os seus domínios, após a sua queda. Realça, também, a importância da atuação e das obras de Santo Agostinho, São Bento e do Papa Gregório I para a história do Cristianismo, nessa época.

Universitas. Cultura. Salvador (37): 63-79, jul./ set. 1986

Em 410, pouco antes do surgimento, no Oriente, do nestorianismo, enquanto ali se envolviam, em calorosas disputas, as Igrejas de Constantinopla, Antíquia e Alexandria, foi a cidade de Roma invadida e ocupada pelos visigodos de Alarico. O bispo de Roma, naquele momento, o Papa Inocêncio I, não se destacava por nada além da sua alta posição; Ambrósio, o vigoroso bispo de Milão, já havia falecido desde 397; Jerônimo vivia, a essa época, no seu mosteiro, em Belém; o grande nome entre os cristãos do Ocidente era, sem dúvida, àquela altura, Agostinho, bispo de Hipona.

O cristianismo ocidental foi marcado, de modo definitivo, a partir de então, pelas suas concepções.

Depois de um longo percurso, durante o qual, após haver sido educado de acordo com os preceitos cristãos, por sua mãe Santa Mônica, aderira, na adolescência, à seita gnóstica dos maniqueus e, a seguir, ao ceticismo, somente em 387, aos 33 anos, foi batizado, por Ambrósio, em Milão. Iniciou, logo após, sua carreira eclesiástica, inicialmente, como presbítero, depois, como bispo de Hipona.

Ali se encontrava quando da entrada em Roma das hostes de Alarico. Sobre este acontecimento passaria a refletir, dele havendo partido para a formulação de uma interpretação pessoal, de caráter histórico-teológico, dos acontecimentos humanos, posteriormente expressa em "A Cidade de Deus", escrita entre os anos de 413 e 426.

Sua primeira participação de importância na história do cristianismo deu-se com a contestação que fez ao donatismo. A seguir, com a sua ferrenha oposição às idéias defendidas por Pelágio, um monge originário da Bretanha, que se radicara em Roma, entre os anos de 390 e 400. Pregava ele um cristianismo fundamentado, de modo essencial, na conduta humana, exaltando a moral, através da qual poder-se-ia alcançar a perfeição, recomendando a renúncia como prática de vida e realçando o valor da liberdade individual, capaz, segundo ele, de conduzir o homem à salvação, o que contrariava a teoria da graça divina de Agostinho; chegando ao ponto de, nas suas pregações, minimizar o papel do pecado original, base fundamental da doutrina cristã oficial do seu tempo.

O fato de haver sido Pelágio, após ser denunciado como herético, inocentado, em 415, num concílio local realizado em

Universitas. Cultura. Salvador (37): 63-79, jul./ set. 1986

Dióspolis, na Palestina, levaria Agostinho, inconformado com essa decisão, a combatê-lo; o que faria através da redação de numerosos trabalhos nos quais opunha-se, de modo exaltado, ao que afirmavam Pelágio, o seu discípulo Celéstio e, depois, Juliano, bispo de Eclano, que aderira à doutrina pelagiana. Firmou-se, a partir de então, a sua liderança; e a sua palavra passou a ser a mais acatada na Igreja do Ocidente, particularmente após haver sido o pelagianismo condenado como herético pelos Papas Inocêncio I e Zózimo, em 416 e 418, e, de modo definitivo, pelo Concílio de Éfeso de 431.

Na obra de Agostinho encontramos, surpreendentemente para a época, pobre em criatividade, uma ordenação pessoal do pensamento cristão nos seus quatro primeiros séculos de existência. Ela constitui, sem dúvida, um marco decisivo, o ponto exato donde derivaria toda a teologia cristã ocidental. Situado entre dois tempos — o do pensamento cristão primitivo e o da especulação escolástica, nenhum outro pensador marcou tão fortemente os anos que viveu, continuando os seus escritos, ao longo dos séculos que se seguiram, a influenciar, de modo efetivo, tanto os teóricos cristãos da Alta Idade Média como, projetados até os tempos modernos, vindo mesmo a inspirar, em certa medida, o pensamento dos reformadores protestantes.

Ao aparecer Agostinho no cenário confuso dos primeiros tempos medievais, não possuía, ainda, o cristianismo, um corpo de idéias perfeitamente estruturado. Evoluía, então, da condição de doutrina simples e sem artifícios de interpretação dos textos do Novo Testamento, reguladora da conduta moral dos seus seguidores, fundamentada sobre a crença na salvação para a vida eterna através do sacrifício de Cristo, para a de uma verdadeira filosofia. Mas não haviam sido os esforços feitos pelos seus primeiros pregadores, suficientes para que tal transformação já houvesse ocorrido. O que os chamados "Padres da Igreja" realizaram não passava, então, de um conjunto relativamente frouxo de princípios, por vezes contraditórios, desprovido, em verdade, de uma estrutura lógica e consistente como a que possuíam as várias escolas da filosofia clássica. O fato desconcertante para a época é que um novo e estranho elemento teria de ser acrescentado aos tradicionais esquemas de pensamento — a crença sem justificativa, a fé que anulava a razão e passava a possuir inquietante primazia. Desse modo, um dos pontos mais importantes definidos por Agostinho, foi o da coexistência entre a fé

e a razão, por ele expresso na sua célebre afirmativa — “*Intellige ut credas, crede ut intelligas*”, pela qual diria, embora de modo ambíguo, ser preciso compreender para crer e crer para compreender; e ainda pelo seu preceito — “*Fides praecedat intellectum*” — a fé precede a razão.

Tratando da teoria do conhecimento, buscou reabilitar os sentidos como fonte da verdade, contrariando o que diziam os céticos; ao referir-se às relações existentes entre o corpo e a alma, aceitou e enfatizou a concepção platônica de ser o homem uma alma que se serve de um corpo; ao formular a doutrina da iluminação divina, através da qual, valendo-se, mais uma vez, das idéias de Platão, declarou ser por meio dela que o homem se torna capaz de contemplar as idéias e atingir o verdadeiro conhecimento; ao atestar a existência de Deus, que se revelaria ao homem pela experiência mística, propiciadora da descoberta dos conhecimentos necessários, eternos e imutáveis, existentes na alma, dentre os quais surge Deus como realidade interna e transcendente ao pensamento; e, principalmente, ao apresentar sua teoria da graça e do pecado, pilar fundamental da sua doutrina, revelou-se Agostinho o grande formulador do Cristianismo medieval.

Concebendo o homem como alguém condenado à danação eterna, da qual somente se livraria mediante a graça divina, e constituído, basicamente, pela memória, pela inteligência e pela vontade, afirmaria que a vontade é que lhe criava a possibilidade de afastar-se de Deus e enveredar pelos caminhos do mal e do pecado, este considerado uma transgressão da lei divina e resultante do mau uso do livre arbítrio. Seria, então, que a graça divina interviria para a salvação do condenado. Neste ponto, contudo, talvez pela necessidade de opor-se, de modo sistemático, ao pelagianismo, valorizador do esforço individual para a salvação, diria Agostinho que nem todos chegariam a salvar-se, apesar de todo esforço que desenvolvessem, pois somente os eleitos por Deus o alcançariam.

Teria sido sob a influência de tal concepção que escreveu “*A Cidade de Deus*”. Nela, a história é vista como o resultado do pecado original e, desse modo, os que nele persistem estão a edificar a “*cidade dos homens*”, onde serão permanentemente castigados; quanto aos eleitos pela graça divina, estão a edificar a “*cidade de Deus*”, e viverão, em razão disto, em eterna bem-aventurança.

Universitas. Cultura. Salvador (37): 63—79, jul./ set. 1986

A oposição entre essas duas cidades constitui o próprio sentido da história. E desse modo, vitórias eventuais da "cidade dos homens", significam consequências dos erros humanos; mas a "cidade de Deus" terminará por impor-se para todo o sempre, compensando o sacrifício dos que estão, incessantemente, a construí-la.

"A Cidade de Deus" desempenha, no conjunto geral da obra de Agostinho, um papel importante — o de defesa do cristianismo contra a acusação pagã de que tudo de mal que acontecera em 410 e nos anos seguintes, se devera ao abandono do culto dos antigos deuses. E ao caracterizar a queda de Roma em mãos dos germanos como um castigo de Deus imposto aos homens, anunciava, igualmente, a transitoriedade do castigo, uma vez que a "cidade de Deus", continuamente edificada pelos destinados por Deus à salvação, e pela Igreja, a quem caberia reafirmar e manter a unidade da doutrina e a verdade da fé, triunfaria, ao final, sobre a "cidade dos homens". No entanto, no decurso da história terrena, as duas cidades dificilmente se distinguiriam; somente indo ocorrer a nítida separação entre elas, ao termo dos tempos, no Juízo Final.

Conseguí-la, ainda, Agostinho, ao formular e apresentar sua teoria da Trindade, evitar a eclosão dos debates comuns no Oriente, a respeito das relações existentes entre Pai, Filho e Espírito Santo. Sua afirmativa de que "é tão grande a igualdade nessa Trindade, que não só o Pai não é maior que o Filho no que se refere à divindade, nem o Pai e o Filho juntos são em nada maiores do que o Espírito Santo", dirimia as dúvidas porventura existentes no Ocidente, sobre o assunto.

Quanto ao problema da natureza de Cristo, diria que "Cristo Jesus, Filho de Deus, é tanto Deus como homem; Deus antes de todos os mundos, ele e o Pai são um; mas enquanto homem, o Pai é maior que ele"; declarando, ainda, ser Cristo o mediador entre Deus e os homens, o único capaz de salvá-los da condenação por toda a eternidade.

Provavelmente a falta de igrejas independentes e competindo entre si, solidadamente constituídas, no Ocidente da época, e como consequência, a ausência de pensadores à sua própria altura, concorreram para que ali fosse a de Agostinho, a única voz merecedora, ao seu tempo, de acatamento e respeito. E isto evitou que ali se constituísse o clima de disputas que envolveu

a área bizantina, onde, mais interessados em triunfos retóricos que na busca de verdades coerentes com a doutrina cristã, se empenhavam os bispos orientais, em conflitos intermináveis.

De Agostinho, disseram Berthold Altaner e Alfred Stuiber, haver sido o mais exímio filósofo dentre os Padres da Igreja e, presumivelmente, o mais insigne teólogo de toda a Igreja. Jean Jolivet afirma que tudo poderá ser encontrado em sua obra imensa, na qual inexistem, no entanto, clara separação entre a filosofia e a teologia. Acrescenta que a teoria agostiniana das duas cidades será a justificativa para as teorias políticas que afirmarão a preeminência do poder espiritual sobre o temporal ou tenderão a identificar a Igreja (**diferentemente do que afirma Agostinho**) à cidade de Deus e o Estado à cidade do Diabo. Ainda mais, que a sua obra domina toda a cultura medieval, quer pela sua amplitude e profundidade, quer pelo número e importância dos assuntos nela tratados, inclusive, pelas sugestões que oferece. E conclui que ninguém poderá ocupar-se de qualquer questão estudada por Santo Agostinho, sem ter que a ele recorrer de algum modo.

Em 430, poucos meses depois do início pelos vândalos, do sítio de Hipona, faleceu Agostinho, nessa mesma cidade, aos 76 anos. Era, a essa época, o quadro político do Ocidente bem diverso do que existira vinte anos antes, quando da chegada dos visigodos a Roma. Atingindo, em 412, o sul das Gálias, ali haviam se estabelecido os invasores da capital do Império, sob o comando de Ataulfo, e constituído, a partir de 418, o reino de Toulouse. Surgira, em 419, na Espanha, invadida em 409 por vândalos, suevos e alanos, o reino dos suevos, com sede em Braga. Vândalos e alanos tentavam, agora, a conquista da África. Na Itália, sobreviviam, a duras penas, o Império Romano do Ocidente, sob a chefia de Valentiniano III, o filho de Gala Placídia. À frente do Império Romano do Oriente, encontrava-se Teodósio II.

Meio século depois, em 476, quando da deposição de Romulus Augustulus por Odoacro, já era outra a situação. Desaparecera, naquele ano, o Império do Ocidente. A conquista da África pelos vândalos já se concluíra. Os hunos de Atila, após haverem espalhado o terror por toda a Europa, haviam desaparecido. Era Zenon, o novo Imperador do Oriente. Continuavam a existir o reino dos visigodos, ao sul das Gálias, e o dos suevos, na Espanha.

Finalmente, em 533, pouco mais de um século após a morte de Agostinho, findava-se o reino dos vândalos e estavam

os bizantinos, responsáveis pela sua extinção, invadindo as terras da Itália, ocupadas pelos ostrogodos desde 493. Nessa mesma época, já haviam os francos se estabelecido ao norte das Gálias e começavam a avançar na direção do sul, havendo, nessa sua expansão, expulsado os visigodos de onde se encontravam, afugentando-os para a Espanha, onde iriam enfrentar, durante longos anos, os suevos, até quando conseguissem vencê-los e conquistar as terras que ocupavam, o que se deu ao tempo de Leovigildo.

Nos reinos germânicos surgidos ao longo dessa sequência de anos, as divergências religiosas entre vencedores e vencidos possuíram certa importância. O arianismo dos germanos chocava-se com o catolicismo dos romanos e tal situação mostrou-se capaz de gerar graves conflitos entre as duas comunidades; ainda que, na maior parte do tempo, houvesse sido seguida pelos governantes germanos, uma política real de tolerância. No entanto, Eurico, rei dos visigodos, perseguiu, de modo incessante, durante o seu governo, de 466 a 484, os católicos, e Hunerico, rei dos vândalos, procedeu de modo idêntico, nos dois últimos anos do seu governo, os de 483 e 484.

Problemas religiosos afetaram, também, a vida dos suevos, convertidos ao arianismo em 561 e retornando ao cristianismo niceno em 586, logo após haver sido o seu reino anexado ao dos visigodos, na mesma ocasião em que os visigodos também se converteram à religião romana. Quanto aos francos, já se haviam convertido ao catolicismo desde 496, logo após a vitória que alcançaram, sob o comando de Clóvis, sobre os alamanos, em Tolbiac. Na Itália, finalmente, Teodorico, rei dos ostrogodos, embora ariano, empenhar-se-ia em seguir uma política de respeito aos católicos e aos bispos de Roma.

Durante esse longo período, foram muitos os que se esforçaram para a manutenção do cristianismo niceno. Dentre esses, destacamos, na Itália dos ostrogodos, Boécio e Cassiodoro, cristãos romanos que viveram na corte de Teodorico e ao mesmo serviram, exercendo altos cargos na administração do seu reino. O primeiro escreveu, nessa época, vários trabalhos de cunho teológico, valendo-se, muitas vezes, da filosofia aristotélica para tentar aclarar certos pontos da doutrina cristã. Quanto ao segundo, seu principal cuidado foi, após haver se afastado da vida pública, o de redigir manuais destinados à iniciação religiosa e ao estabelecimento de normas de comportamento para os que ingressassem na vida monástica. Na Gália, o grande nome, a

esse tempo, foi o de Claudien Memert, bispo de Viena, o último representante da cultura grega no Ocidente. Bem maior que todos eles, foi, contudo, Bento de Núrsia, o futuro São Bento, o grande reformador do monasticismo ocidental.

Nascido na Itália, de rica família, por volta de 480, após haver sido iniciado no cristianismo, decepcionado com o comportamento dos eclesiásticos em Roma, dali retirou-se, aderindo ao eremitismo. Passou a viver, desde então, numa caverna, nas montanhas de Subiaco. Provavelmente em 529 concluiu a construção, auxiliado por outros cristãos, do mosteiro do Monte Cassino, a meio caminho entre Roma e Nápoles, casa-mãe da ordem dos beneditinos.

Nele passaram a viver os monges por ele liberados, seguindo os preceitos da "Regra" que redigira, talvez em 534. Tornar-se-ia a mesma a expressão básica do monaquismo no Ocidente. E na concepção de Bento de Núrsia, deveria exercer o mosteiro que fundara, o papel de guarnição permanente, autônoma e financeiramente emancipada de soldados de Cristo.

Eram os seus monges chefiados por um abade escolhido entre os membros do grupo, a quem todos teriam de obedecer, ainda que devesse o mesmo, frente a problemas de maior gravidade, consultar os membros da comunidade, antes de tomar a sua decisão, de caráter inapelável.

Na vida diária, deveriam esses monges dedicar-se à oração, ao estudo e aos trabalhos manuais. Deixasse modo, uma parte do seu tempo seria ocupada pelos ofícios religiosos comunitários, outra pela leitura e, finalmente, uma outra pelo trabalho, pois que afirmava a "Regra" constituir o ócio, o grande inimigo da alma.

O sistema monástico idealizado por São Bento difundiu-se, com os anos, por toda a Europa ocidental, havendo sido levado pelos missionários romanos à Inglaterra e à Alemanha; somente, contudo, tendo penetrado na França, no correr do Século VII.

Com Bento de Núrsia, a harmonia entre a Igreja e o monaquismo tornar-se-ia perfeita. Conseguiu ele, partindo do ideal monástico de São Basílio, criar um modelo de vida e atuação que iria transformar os mosteiros em importantes centros de cultura, abrigando pessoas piedosas e intelectualizadas, plenas de dedi-

cação à causa do Cristianismo. Neles iria desenvolver-se, de modo relevante, o trabalho paciente e meticuloso dos copistas, encarregados da transcrição dos textos clássicos gregos e latinos, com o objetivo de não permitir que se perdessem, na voragem do tempo; graças a que, grande parte deles conseguiu alcançar os nossos dias. E em época posterior à morte de São Bento, ocorrida, provavelmente, em 547, iria valer-se a Igreja, dos beneditinos, considerando-os os melhores dos seus homens de combate, para uma ampla ação missionária, visando a evangelização dos povos germanos ainda pagãos.

Após a "Reconquista" de Justiniano, haviam voltado a ser "romanas", a África e a Itália; e depois da conversão dos visigodos ao cristianismo niceno, em 586, ao tempo de Recaredo, outros grandes nomes irão surgir na Igreja do Ocidente: Martinho de Braga, atuando entre os suevos, Isidoro de Sevilha, entre os visigodos; e, um pouco mais tarde, Beda, comumente chamado o "Venerável", nas ilhas britânicas. Dentre os Papas, destacar-se-á, então, a personalidade de Leão I; e em fins do Século VI, a figura imponente de Gregório I.

Este, oriundo, como Bento de Núrsia, da alta nobreza romana, após haver exercido, em 573, aos 30 e poucos anos, o cargo de prefeito urbano de Roma, fez-se monge, no mosteiro de Santo André, por ele próprio fundado em seu palácio, naquela cidade. Iniciava-se, a esse tempo, a invasão da Itália, pelos lombardos.

Fundaria, a seguir, seis outros mosteiros, na Sicília, em terras herdadas do pai. E em 579, na condição de diácono de uma das sete regiões urbanas de Roma, foi enviado a Constantinopla, como enviado do Papa, ali havendo permanecido cerca de seis anos, demonstrando, ao longo da sua permanência na capital do Império do Oriente, o seu desprezo pelos gregos e sua cultura, tendo mesmo se recusado, naquela ocasião, a aprender o seu idioma.

Regressando ao Ocidente, incorporou-se ao mosteiro que fundara em Roma, onde passou a exercer as funções de abade, até a morte do Papa Pelágio II, em 590, ocasião em que foi escolhido pelos romanos, para substituí-lo.

Durante treze anos, até 604, ocupou o Papado, tendo se revelado um administrador arguto e um cristão piedoso, ao ponto de haver rejeitado o uso do título a que tinha direito, o de **univer-**

salls papa e adotado o de servus servorum Dei, servo dos servos de Deus.

No seu desempenho, poderemos distinguir quatro diferentes tipos de atuação — a do bispo de Roma, a do estadista envolvido, mesmo contra a vontade, nas questões lombardas e responsável pela fundação dos Estados Papais, a do Patriarca do Ocidente, proclamando, sem reservas, a superioridade da Igreja de Roma sobre as demais Igrejas, e, finalmente a do monge, teólogo e autor de trabalhos relacionados, de modo especial, às atividades pastorais.

Como bispo de Roma, procurou elevar a moral abatida pelas circunstâncias, da população da cidade. Viviam os romanos, à época da sua ascensão ao Papado, temerosos ante a constante ameaça dos lombardos e enfrentando as consequências de uma terrível epidemia de peste que os assolara. Colocou Gregório I, nessa ocasião, ao seu serviço, toda a estrutura da Igreja por ele dirigida, atendendo-os tanto materialmente, através de esmolas, como espiritualmente, com as suas pregações religiosas, nas quais confirmava a extrema benevolência e sabedoria divinas, mesmo em momentos difíceis como aqueles.

Como estadista, face ao abandono de Roma pelos bizantinos, assumiu, de fato, o governo da cidade, passando, inclusive, a negociar tratados de paz com os lombardos, como se fosse o seu representante legítimo. Havendo, em consequência, entrado em conflito com o Império do Oriente que chegou a pensar em desautorizar seus atos. Por esse mesmo tempo, tentou estabelecer os limites do "Patrimônio de São Pedro", constituído por numerosas e vastas propriedades, e identificá-lo com o que fora no passado, o ducado de Roma; donde podemos apontá-lo como o fundador dos Estados da Igreja.

Como defensor da primazia da Igreja de Roma, mostrou-se um valente opositor do Império do Oriente, havendo chegado a desafiar o poder de Maurício, Imperador de 582 à 602, e a censurar os Patriarcas de Constantinopla pela pretensão de considerarem a Igreja que dirigiam em pé de igualdade com a de Roma. Na Itália, contudo, a sua autoridade era inofismável, sendo reconhecida pelos próprios lombardos. Dall, ampliava-se sobre a África, o reino dos francos e o dos visigodos, estes últimos convertidos ao cristianismo romano durante o seu pontificado. Mas foi na Inglaterra que a sua ação e autoridade se mostraram

mais decisivas, pela sua determinação de converter os anglosaxões, havendo enviado para as Ilhas britânicas, em 597, um grupo de missionários, sob a direção de Agostinho, aquele que se tornaria o primeiro bispo de Canterbury.

Como teólogo, pela força dos seus escritos, acabou sendo incluído entre os Padres da Igreja e considerado, a partir do Século IX, um dos Quatro Grandes Doutores da Igreja Latina ("egregii doctores"), lado a lado com **Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho**. E embora não se houvesse destacado por idéias originais ou contribuições decisivas na área da dogmática, pela sua fidelidade aos ensinamentos e à doutrina de Santo Agostinho, bem como aos de Leão I, e, ainda, pela sua vontade enérgica e sua excepcional capacidade de decisão, justifica-se essa inclusão.

Segundo Previté-Orton, ele "acreditava no próprio cargo e em todos os direitos e deveres a ele inerente, era severo para consigo mesmo e para com os demais, dominador, incansável, tanto na saúde como na doença, movido por um apaixonado sentido de justiça e por uma benevolência ativa"; e mais, que "deixou ao Papado um programa político de ação que havia de ser adotado ao longo de toda a Idade Média".

Finalizando este breve relato sobre o Cristianismo no Ocidente, nos primeiros tempos medievais, resta-nos fazer referência aos monges Irlandeses, responsáveis por grandes progressos na expansão do Cristianismo sobre as terras da Europa.

Fundada por São Patrício, a Igreja Britânica, tanto como a Irlandesa, dela originária, perdera o contacto com Roma a partir de 460, quando da retirada das legiões do Império, da Britânia. Desenvolveram-se, por tal motivo, adotando normas por elas próprias estabelecidas, fiéis, contudo, à tradição do cristianismo de Nicéia. Não tiveram, porém, qualquer participação nas questões cristológicas que envolveram, no Oriente e no Ocidente, os eclesiásticos. Nelas, a posição dos bispos era, de modo singular, secundário, enquanto era grande a importância dos mosteiros, cujos abades assumiam o papel de verdadeiros dirigentes das comunidades convertidas ao cristianismo.

Constituíam-se tais mosteiros ao modo de sociedades tribais, empenhando-se os seus monges, de modo prioritário, ao trabalho missionário, tentando, por todos os modos, aumentar o número de cristãos no seio das populações pagãs locais. Dentre

Universitas. Cultura. Salvador (37): 63-79, jul./ set. 1986

eles, o mais importante era, sem dúvida, o fundado em Iona, na Escócia, por São Columba. E ao fervor e à dedicação demonstradas pelos monges galeses e irlandeses deveu o cristianismo, sem dúvida, uma posição de destaque nas Ilhas britânicas.

A partir de 597, quando da chegada de Agostinho, para lá enviado, como dissemos, pelo Papa Gregório I, liderando um grupo de missionários, chegou a existir uma certa competição entre a Igreja romana e as Igrejas locais. As conversões ocorriam, numerosas, tanto em razão da atuação de um como do outro grupo. Mas apesar das divergências existentes, quase todas relacionadas a práticas litúrgicas, não chegaram a ocorrer, entre os mesmos, sérios conflitos, terminando o catolicismo romano por impor-se, particularmente depois da realização do sínodo de Whitby, em 663, no qual foi estabelecido um acordo entre a Igreja de Roma e a Igreja céltica, e após a chegada às Ilhas britânicas, de Teodoro de Tarso, bispo de Canterbury a partir de 669, que conseguiria exercer a sua autoridade sobre todos os cristãos dos países.

Atuaram, no entanto, os monges irlandeses, não somente sobre aquelas ilhas. Atravessando as águas da Mancha, espalharam-se, por volta de 590, pela Gália e pela Itália, liderados por São Columbano, também conhecido como São Columba, o Jovem, fundador dos mosteiros de Luxeuil, na região dos Vosges, e de Bobbio, ao norte dos Apeninos. Havendo, ainda, atuado os monges da Irlanda sobre as terras ao norte e além do Reno, onde irá destacar-se a ação missionária de São Gall (São Galo), discípulo de São Columbano, e de Wilfrid, o futuro São Bonifácio, nas áreas da atual Suíça e Alemanha. Devendo, finalmente, realçar-se o fato de, do mesmo modo que ocorreu nas ilhas britânicas, ter, afinal, a Igreja romana, na Europa continental, absorvido a Igreja céltica, sendo significativo haverem todos os mosteiros ali fundados por monges irlandeses, adotado, com o correr dos tempos, a regra monástica de São Bento.

Do que vimos, pois, nesta breve síntese da história do cristianismo ocidental, no início da Idade Média, podemos concluir que, dentre os fatos mais importantes ocorridos, o mais significativo foi, sem dúvida, terem, nesse período, se estabelecido os princípios sobre os quais passaria a apoiar-se a Igreja de Roma, para afirmar sua primazia como força superior colocada acima do poder dos homens, bem como sobre as demais Igrejas existentes. Devendo desse modo, prestar-lhe obediência os governantes

e todos os chefes de outras Igrejas, tanto no Ocidente como no Oriente. E isto se deveu, principalmente, à atuação e ao pensamento de homens como Leão I, Santo Agostinho e Gregório I, marcando tal concepção a história da Europa ocidental, particularmente durante os Séculos X e XI, por ocasião das árduas lutas então travadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — ALTANER, B. & STUIBER, A. **Patrologia; vida, obra e doutrina dos padres da Igreja.** São Paulo, Ed. Paulinas, 1972.
- 2 — BARRACLOUGH, G. **Os Papas na Idade Média.** Lisboa, Verbo, 1972.
- 3 — BETTENSON, H. **Documentos da Igreja Cristã.** São Paulo, ASTE, 1967.
- 4 — CHADWICK, H. **A Igreja primitiva.** Lisboa, Ed. Ulisseia, 1969.
- 5 — DANIELOU, J. & MARROU H. **Nova história da Igreja; dos primórdios a São Gregório Magno, Petrópolis, Vozes, 1973.**
- 6 — DONINI, A. **História do cristianismo; das origens a Justiniano.** Lisboa, Ed. 70, 1980.
- 7 — GUIGNEBERT, C. **El cristianismo medieval y moderno.** México, Fondo de Cultura Economico, 1957.
- 8 — HAMMAN, A. **Os Padres da Igreja.** São Paulo, Ed. Paulinas, 1980.
- 9 — JEDIN, H. **Concíllos ecumênicos.** São Paulo, Herder, 1961.
- 10 — PREVITÉ — ORTON, C. W. **História da Idade Média.** Santos, Martins Fontes, 1973. 2v.
- 11 — WALKER, W. **História da Igreja cristã.** Rio de Janeiro, ASTE, 1981.
- 12 — ZARNECKI, G. **The monastic achievement.** New York, McGraw-Hill, 1972.

RÉSUMÉ

Le Christianisme, au début du Moyen Âge, connaît un développement particulier sur chacune des moitiés de l'ancien

Universitas. Cultura. Salvador (37): 63-79, jul / set. 1986

Empire Romain. L'auteur, dans cet article, nous présente un résumé des principaux événements liés à développement dans le cadre de l'Empire Romain de l'Occident et des royaumes germaniques établis sur ses anciens domaines, après sa débâcle. Il révèle, aussi, l'importance de l'action et des écrits de St. Augustin, St. Benoît et du Pape Grégoire I, pour l'histoire du Christianisme, à cette époque.